

2022



**DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

CONTEÚDO

Relatório da auditoria independente	3
Balanços Patrimoniais	6
Demonstrações dos Resultados	8
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	9
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social	10
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis	12
Relatório de controles internos	26

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À administração e Conselheiros da
Associação Brasileira de Desenvolvimento - ABDE
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Brasileira de Desenvolvimento ("ABDE"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações dos resultados, demonstrações dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio social e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Brasileira de Desenvolvimento ("ABDE"), em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as Entidades sem fins lucrativos reguladas pela ITG 2002 (R1).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a ABDE, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva sobre as demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as Entidade sem fins lucrativos reguladas pela ITG 2002(R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da ABDE continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da ABDE são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da ABDE.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da ABDE. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a ABDE a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 07 de março de 2023.

MOORE VR AUDITORES & CONSULTORES
CRC DF 002962/F

RICARDO DE
ALBUQUERQUE
CAVALCANTI:9
0785444149

Digitally signed by RICARDO DE
ALBUQUERQUE
CAVALCANTI:90785444149
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=24732124000120, ou=PRESENCIAL,
ou=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=EM
BRANCO, ou=AC Instituto Fenacon RFB,
cn=RICARDO DE ALBUQUERQUE
CAVALCANTI:90785444149
Date: 2023.03.07 16:24:46 -03'00'

Ricardo de Albuquerque Cavalcanti
Contador CRC DF 018838/O-0



Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais, sem centavos)

Ativo	Notas explicativas	2022	2021	Δ%
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.621.721	2.248.573	17%
Recursos com restrição - Convênios	4	-	400.467	-100%
Serviços prestados a receber	5	107.828	213.959	-50%
Outros créditos	6	17.415	211	8171%
Total do ativo circulante		2.746.964	2.863.209	-4%
Não circulante				
Créditos com associados	7	107.600	215.200	-50%
Imobilizado	8	2.590.632	1.632.765	59%
Intangível	9	-	1.043	-100%
Total do ativo não circulante		2.698.232	1.849.008	46%
Total do ativo		5.445.196	4.712.217	16%
Passivo e patrimônio líquido				
	Notas explicativas	2022	2021	Δ%
Circulante				
Fornecedores	10	83.441	60.743	37%
Obrigações sociais e trabalhistas	11	411.793	336.129	23%
Obrigações tributárias a recolher	12	65.603	56.467	16%
Convênios e projetos em execução		-	400.467	-100%
Antecipação de receitas	13	10.063	11.884	-15%
Total do passivo circulante		570.900	865.690	-34%
Não Circulante				
Obrigações com associados		107.600	215.200	-50%
Patrimônio líquido				
Patrimônio social		984.499	961.327	2%
Ajuste avaliação patrimonial	14	1.113.645	959.216	16%
Reserva para investimentos	15	1.101.559	977.647	13%
Superávit do período		1.566.993	733.137	114%
Total do patrimônio líquido		4.766.696	3.631.327	31%
Total do passivo e patrimônio líquido		5.445.196	4.712.217	16%

Jeanette Halmenschlager Lontra
Presidente

Leandro Rodrigues da Silva
Contador CRC/DF 021539

Valdecir José de Souza Tose
1º Vice-Presidente

Cristiane Viturino Novo Vaz
Secretária-Executiva Interina

Análise da Liquidez

	2022	2021
Índice de Liquidez Corrente	R\$ 4,81	R\$ 3,31
Índice de Liquidez Imediata	R\$ 4,59	R\$ 2,60
Índice de Liquidez Geral	R\$ 8,03	R\$ 4,36

Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento
Demonstrações dos Resultados em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, sem centavos)

	Notas explicativas	2022	2021	Δ%
RECEITAS				
Contribuições de associados	16	6.729.165	5.653.656	19%
Desenvolvimento profissional	17	297.137	213.114	39%
Projetos		125.128	391.621	45%
Cooperações	18	483.771	27.252	1675%
Patrocínios - Fórum		170.455	-	-
Receitas Financeiras		250.468	81.362	208%
Outras receitas	19	78.286	87.203	-10%
Total das receitas		8.134.410	6.454.208	26%
DESPESAS				
Pessoal	20	(4.039.281)	(4.428.649)	-9%
Custos atividades operacionais	21	(107.146)	(127.297)	-16%
Custos com projetos		(364.610)	(87.696)	316%
Custos com cooperações	22	(480.068)	(28.508)	1584%
Fórum do Desenvolvimento		(171.197)	-	-
Viagens e estadas	23	(288.293)	(21.659)	1231%
Administrativas e operacionais		(1.116.823)	(1.027.261)	9%
Serviços de terceiros	24	(579.408)	(622.314)	-7%
Locações	25	(145.242)	(180.182)	-19%
Administrativas	26	(146.090)	(104.800)	39%
Tributárias		(33.856)	(37.945)	-11%
Financeiras		(48.571)	(13.829)	251%
Depreciação e amortização		(120.220)	(63.091)	91%
Outras despesas	27	(43.436)	(5.100)	752%
Total das despesas		(6.567.417)	(5.721.071)	15%
Superávit do período		1.566.993	733.137	114%

Jeanette Halmenschlager Lontra
Presidente

Leandro Rodrigues da Silva
Contador CRC/DF 021539

Valdecir José de Souza Tose
1º Vice-Presidente

Cristiane Viturino Novo Vaz
Secretária-Executiva Interina

Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento
Demonstrações dos Resultados Abrangentes em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, sem centavos)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Superávit dos exercícios	1.566.993	733.137
Resultados abrangentes		
Realização do custo atribuído - Ativo Imobilizado	23.171	23.171
Ajuste a valor justo de imóveis de uso - AVP	177.600,00	-
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	<u>1.767.764</u>	<u>756.308</u>

Jeanette Halmenschlager Lontra
Presidente

Leandro Rodrigues da Silva
Contador CRC/DF 021539

Valdecir José de Souza Tose
1º Vice-Presidente

Cristiane Viturino Novo Vaz
Secretária-Executiva Interina

Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais, sem centavos)

	Patrimônio Social	Avaliação Patrimonial	Reserva de Investimentos	Déficit/ Superávit	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	938.156	982.387	228.576	978.588	3.127.707
Superávit do exercício	-	-	-	733.137	733.137
Outros resultados abrangentes:					
Realização do custo atribuído - ativo imobilizado	23.171	(23.171)	-	-	-
(-) Ajuste a valor justo de imóveis de uso - AVP	-	-	-	-	-
Reserva de investimentos	-	-	749.071	(978.588)	(229.517)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	961.327	959.216	977.647	733.137	3.631.327
Superávit do exercício	-	-	-	1.566.993	1.566.993
Outros resultados abrangentes:					
Realização do custo atribuído - ativo imobilizado	23.171	(23.171)	-	-	-
(-) Ajuste a valor justo de imóveis de uso - AVP	-	177.600	-	-	-
Reserva de investimentos	-	-	123.911	(733.137)	(609.225)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	984.498	1.113.645	1.101.559	1.566.993	4.766.696

Jeanette Halmenschlager Lontra
Presidente

Valdecir José de Souza Tose
1º Vice-Presidente

Cristiane Viturino Novo Vaz
Secretária-Executiva Interina

Leandro Rodrigues da Silva
Contador CRC/DF 021539

Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento

**Demonstração Do Fluxo De Caixa - Método Indireto em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, sem centavos)**

	2022	2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Superávit líquido do exercício	1.566.993	733.137
Ajustes de (Receitas) e Despesas que não afetam o Caixa:		
Depreciação e amortização	120.220	63.091
	1.687.213	796.228
Redução (aumento) nos ativos:		
Recursos com restrição - Convênios	400.467	(400.467)
Serviços prestados a receber	106.131	(205.991)
Créditos a receber	(17.204)	2.588
Obrigações com associados	-	-
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	22.698	(21.869)
Salários e encargos sociais	75.664	(96.799)
Obrigações tributárias	9.136	(9.790)
Convênios e projetos em execução	(400.467)	400.467
Antecipação de receitas	(1.821)	3.284
Caixa líquido proveniente das (destinado às) atividades operacionais	1.881.817	467.651
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Adições ao Ativo Imobilizado	(900.124)	(92.738)
Reduções do Ativo Intagível	680	
Reserva para Investimentos	(609.225)	(229.516)
Caixa líquido destinado às atividades de investimento	(1.508.668)	(322.253)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	373.149	145.397
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.248.573	2.103.176
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.621.721	2.248.573
Varição no caixa e equivalentes de caixa	373.149	145.397

Jeanette Halmenschlager Lontra
Presidente

Leandro Rodrigues da Silva
Contador CRC/DF 021539

Valdecir José de Souza Tose
1º Vice-Presidente

Cristiane Viturino Novo Vaz
Secretária-Executiva Interina

Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento

Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis

1. Informações Gerais

A Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), uma entidade sem fins lucrativos constituída em 1969, representa o Sistema Nacional de Fomento (SNF) e atua no fortalecimento desse sistema composto pelas Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFDs) distribuídas pelo país. Sua missão, portanto, é contribuir para o desenvolvimento sustentável – econômico, social e ambiental – do país, assim como representar os interesses dos associados, promover relacionamentos e articulações institucionais e fornecer capacitação profissional.

Como visão de futuro, a ABDE busca “ser reconhecida como referência na promoção do desenvolvimento sustentável e na consolidação do Sistema Nacional de Fomento”. Representando os interesses de seus associados por meio do relacionamento e fortalecimento do SNF, a relevância da instituição se dá na articulação institucional em favorecimento das IFDs com o intuito de unir potências para financiar o futuro sustentável do país.

Caracterizada como uma entidade do Terceiro Setor, a principal fonte de receita da ABDE são as contribuições do corpo associado. Em função disso, a limitação de recursos direciona sua gestão à eficiência econômica, o que se torna elemento decisivo para sua continuidade. Atuando dessa forma, com a parcimônia e seriedade frente aos recursos alocados na instituição, a ABDE mostra-se hábil para realizar as atividades que se pretende e conquista credibilidade não só junto aos associados, mas aos parceiros potenciais quando a sua capacidade de indutora e cumpridora de projetos.

Além de exercer seu papel social, a ABDE preza pela capacidade de gerir com eficiência os recursos financeiros que lhes são confiados, de forma a prestar contas com as partes interessadas. Embora não tenha por finalidade o lucro, frente à especificidade da sua área de atuação, a gestão possui caráter muito mais rigoroso quanto às finanças e contabilidade da instituição. Alicerceada nessas premissas com foco não só na manutenção da saúde financeira da instituição como também na segurança futura, esse modelo permite a execução com excelência de sua missão e o compromisso de exercê-lo com responsabilidade social.

Com a proficiência e idoneidade que administra seus projetos, com a obtenção dos resultados e sua capacidade de projetar-se no espaço público e privado como protagonista relevante, a ABDE, com seu escopo de atuação, vem conquistando ainda mais parcerias e cooperações em prol da sua missão social.

A captação dessas coparticipações corrobora a eficácia na gestão de seus projetos, não obstante, adicionalmente se agrega à missão de promover o desenvolvimento em sua área foco. Pelo caráter de atuação, a associação prioriza o progresso socioeconômico contemplando em seu radar os objetivos sustentáveis para o desenvolvimento.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com base nas normas, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), especialmente a Resolução CFC 1.409/12, que aprova a ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros.

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer aos seus associados, sociedade e demais usuários da informação sobre a situação econômica – financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa do exercício financeiro.

A remessa das demonstrações contábeis foi autorizada pela Secretaria-Executiva para apreciação do Conselho Fiscal da ABDE, reunião a ser realizada em 16 de março de 2023. Com aprovação do Conselho Fiscal, serão disponibilizadas para deliberação final pela Assembleia Geral e Diretoria. O(s) Parecer(es) de aprovação podem ser encontrados anexos a este documento.

As demonstrações contábeis foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil. A seguir serão listadas as principais práticas contábeis:

2.1. Moeda funcional

A moeda funcional e de apresentação utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis, relatórios de investimentos e avaliação patrimonial da entidade é o Real. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem o saldo em caixa, representados por disponibilidades em moeda nacional, saldos em conta movimento e as aplicações financeiras com liquidez imediata e com riscos insignificantes de mudanças de valor. Estão avaliadas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos e variações até a data do balanço e coincidem com os valores justos, tendo em vista que os recursos podem ser restados de imediato.

2.3. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o princípio da Competência, conforme estabelecido na ITG 2002 – R1. As receitas de contribuições são apropriadas no resultado mensalmente, independente do seu recebimento. Assim como as receitas e despesas gerais são reconhecidas no período ao qual lhe compete, ou seja, são incluídas na apuração do resultado, independentemente de recebimento ou pagamento.

2.4. Instrumentos financeiros

A ABDE tem os seguintes instrumentos financeiros: ativos financeiros registrados pelo valor justo por intermédio do resultado de recebíveis. A associação não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos na gestão de seus recursos financeiros.

2.5. Imobilizado

Os itens do contabilizados no ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou custo atribuído, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas de redução ao valor recuperável, quando aplicável. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O tratamento contábil dos ativos imobilizados segue o pronunciamento técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. As taxas de depreciação não diferem daquelas adotadas anteriormente para todos os itens do ativo imobilizado.

2.6. Ativos Intangíveis

Os ativos que correspondem aos intangíveis tem seu tratamento contábil nos moldes estabelecidos pelo CPC 04 (R1). Portanto, são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

2.7. Provisões

A provisão é reconhecida em função de um evento passado, que tenha gerado obrigação legal ou constituída à ABDE, estimada de maneira confiável e que necessite de recursos econômicos, no curto ou longo prazo, para sua liquidação.

2.8. Patrimônio Social

O Patrimônio Social é constituído pela dotação inicial aportada pelos associados, acrescida dos resultados apurados no encerramento dos balanços e seus devidos ajustes.

2.9. Ajustes de avaliação patrimonial

Registra os ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computados no resultado do exercício, tais como: as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcial, quando da alienação dos ativos a que eles se referem. No que tange à realização do custo atribuído ao ativo imobilizado registrado em ajuste de avaliação patrimonial, sua realização ocorre de acordo com a depreciação do custo atribuído no ativo imobilizado, contra a rubrica de superávit ou déficit acumulado (conforme item 26 da ITG 10). Vide nota explicativa nº 14.

2.10. Imposto de renda e contribuição social

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a ABDE está isenta do recolhimento do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o superávit, conforme normas tributárias vigentes.

Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações da atividade, destacamos os seguintes: a) Instituto Nacional do Seguro Social (INSS): 25,5% de contribuição patronal sobre salários; b) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS): 8% sobre os salários; c) Programa de Integração Social (PIS): contribuição de 1% sobre o montante da folha de pagamentos; e d) IRRF sobre rendimentos de aplicações financeiras – retenção feita regularmente pelas instituições financeiras.

2.11. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos.

As despesas financeiras abrangem despesas com taxas bancárias e outras despesas vinculadas às aplicações financeiras mantidas pela entidade.

3. Caixa e Equivalentes de caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa representam as disponibilidades de maior liquidez do Ativo, constituindo 95% do capital circulante líquido da Associação. Sua composição pode ser apreciada a seguir:

Caixa e Equivalentes	2022	2021
Caixa e Bancos	427	3.706
Aplicações Financeiras	2.621.294	2.244.867
Total	2.621.721	2.248.573

A carteira de investimentos da ABDE combina aplicações em Renda Fixa e em Certificados de Depósitos Bancários, com rendimentos prefixados e pós-fixados. Estes investimentos referem-se a aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata, cujo portfólio é composto da seguinte forma:

Aplicações Financeiras	2022	2021
CDB CP - 50 mil	585.119	295.761
Renda Fixa CP - 400 mil	2.036.175	1.949.106
Total	2.621.294	2.244.867

4. Recursos com restrição - Convênios e Acordos de Cooperação

A ABDE celebrou em 2021 acordos internacionais de Cooperação Não Reembolsável, em aliança com o Agência de cooperação internacional do governo da Alemanha (GIZ) e o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF). O objetivo do projeto é promover a integração e implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos processos das instituições do Sistema Nacional de Fomento (SNF). Especificamente, a parceria oferece à ABDE um *grant* (contribuição financeira não-reembolsável), que é utilizado para a contratação de consultores nacionais e/ou internacionais, com o intuito de desenvolver metodologias de integração dos ODS aos processos de financiamentos, monitoramento e avaliação do SNF, além de capacitar o corpo de associados da ABDE, por meio de workshops e projetos-piloto.

Em parceria com a GIZ e CAF, a ABDE selecionou parceiros para o desenvolvimento de uma metodologia unificada que induza discussões a respeito das contribuições aos ODS pelo Sistema Nacional de Fomento.

A implementação ocorreu em 2022, onde da metodologia ODS foi aplicada em 10 instituições financeiras de desenvolvimento (IFD) que se deu através de 3 ciclos de execução de projetos-pilotos. Em novembro de 2022 foi entregue o produto do desenvolvimento da metodologia utilizada projeto financiados pelos acordos de cooperação, o Guia de Aplicação da Metodologia de Integração dos ODS e Sustentabilidade no Sistema Nacional de Fomento.

Os valores movimentados no período estão abaixo discriminados:

Recursos com Restrição	GIZ	CAF	Total
Saldo inicial	322.989	77.478	400.467
Recursos recebidos	0	190.766	190.766
Recursos aplicados	(322.989)	(268.244)	(591.232)
Total	0	0	0

5. Serviços Prestados a Receber

Compreendem os valores a receber no curto prazo oriundos das atividades operacionais, não incluídas as contribuições associativas. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

Serviços Prestados a Receber	2022	2021
Contribuições a Receber	0	2.967
Atividades Desenvolvimento		
Profissional	5.328	9.294
Anúncios Revista Rumos	0	5.000
Convênios e Patrocínios <i>(Vide Nota Explicativa 18)</i>	102.500	196.698
Total	107.828	213.959

Destacamos que até a data da divulgação das Demonstrações Contábeis, houve o recebimento de parte substancial do saldo final de Atividades de Desenvolvimento Profissional em janeiro de 2023.

6. Outros Créditos

Os demais direitos a receber, de curto prazo, no Ativo Circulante da ABDE são descritos no quadro abaixo:

Outros Créditos	2022	2021
Adiantamento a Fornecedores	0	211
Despesas Diferidas	17.415	0
Total	17.415	211

Todos os valores a receber oriundos de receitas de contribuições de associados de competência no ano de 2022 foram recebidas dentro do exercício findo. As Despesas Diferidas referem-se à antecipação do pagamento de licença de uso anual do software Microsoft Office 365. Tal despesa foi paga à vista, e antecipadamente, em virtude da oportunidade de geração de eficiência financeira devido à queda no valor do Dólar em relação ao Real, no momento de aquisição.

7. Créditos com Associados

Acordo realizado entre as partes – A ABDE e a Agência de Fomento do Paraná – através do Instrumento de Transação juntado em 27 de março de 2019 e homologado pelo Poder Judiciário do Paraná em 02 de abril de 2019.

O valor a receber é referente ao Termo de Convênio nº 01/2000 – intitulado *Implementação Operacional, Gerencial e Técnica*, celebrado com a Agência de Fomento do Paraná, que totalizava o montante de R\$ 463.120,00 em 31 de dezembro de 2003. Tendo em vista a ação de cobrança impetrada pela ABDE para rever o valor, foi constituída, em 2005, a provisão para créditos de liquidação duvidosa pela totalidade deste valor.

Mediante concessões mútuas, conforme teor do Instrumento de Transação, a Fomento Paraná se obriga a pagar à ABDE a importância de R\$ 538.000,00. Efetuará o pagamento anual do valor de R\$ 107.600,00 pelo prazo de cinco anos, ou seja, dentro dos anos civis de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023. A critério da Fomento Paraná, deste valor poderão ser deduzidos custos com eventuais anúncios publicitários na Revista *Rumos*, ou ainda em patrocínios de eventos realizados pela ABDE (o que constitui uma Obrigação com associados registrada no Passivo desta). Ao final de cada ano civil, se apurado que a Fomento Paraná não utilizou em anúncios, patrocínios e eventos, o valor correspondente ao que restou ajustado para pagamento no ano respectivo, deverá, dentro do mesmo ano civil, integralizar¹ esse valor em dinheiro. Valores referentes aos exercícios de 2019 a 2022 abaixo discriminados.

Período:	2019	2020	2021	2022	2023	TOTAL
Valor a pagar:	107.600,00	107.600,00	107.600,00	107.600,00	107.600,00	538.000,00
Cursos e seminários	(20.955,42)	(5.897,00)	(35.397,00)	(38.888,50)	-	(101.137,92)
Anúncios Rumos	(11.358,00)	-	-	-	-	(11.358,00)
Vir a integralizar	75.286,58	101.703,00	72.203,00	68.711,50	107.600,00	425.504,08
Valor creditado	(76.192,16)	(100.797,92)	(72.202,50)	(68.711,50)	-	(317.904,08)
Crédito excedente*	905,58	(905,08)	(0,50)	-	-	-
Restos a pagar	-	-	-	-	107.600,00	107.600,00

* Crédito excedente = Diferença do valor creditado e valor a integralizar.

O saldo final de Valores a Receber referente ao Acordo em 2021 era de R\$ 215.200,00. Vale salientar que o referido associado encontra-se adimplente no acordo supracitado. Ao final do ano-calendário de 2023 o acordo se encerrará na plena quitação da última parcela anual.

8. Imobilizado

Considerando a notoriedade e fortalecimento da ABDE nos últimos anos, a gestão da constatou, como parte do posicionamento estratégico, a primordialidade de um projeto de modernização institucional. De acordo com disposto na Matriz de Responsabilidade, compete à Diretoria a deliberação sobre qualquer operação, independentemente dos limites de Competências e Alçadas fixadas, ao seu exclusivo critério. Em deliberação, a Diretoria reconheceu a demanda pela realização de reforma nas instalações do escritório sede da associação em Brasília e decidiu pela aprovação do projeto, conforme ratifica a ata da 207ª Reunião Ordinária de Diretoria. Em 2022 foi iniciada a obra civil de reforma do escritório de Brasília e aquisição de mobiliário, o que resultou no investimento expressivo no ativo imobilizado.

Em favor da continuidade no projeto de modernização, identificou-se também o carecimento de investimento tecnológico. Foi constatado que os equipamentos estavam ultrapassados e em alguns colaboradores ainda não tinham notebook da ABDE que suportasse a demanda de trabalho. Nesse âmbito, verificou-se a inevitabilidade de dispender recursos para adquirir equipamentos mais modernos para viabilizar o bom desempenho dos colaboradores na execução de suas atividades.

Para ambos os escritórios, tanto o operacional no Rio de Janeiro como a sede em Brasília, foram investidos recursos em benefício do projeto citado.

Por consequência do investimento em infraestrutura da associação, foi realizada avaliação mercadológica a fim de avaliar o valor recuperável do ativo imobilizado, conforme previsto no CPC 01 (R1) e CPC 27. O valor justo dos imóveis foi apurado com base no laudo de avaliação emitido pela B Porto Engenharia, empresa externa e independente, tendo apropriada qualificação profissional. O laudo foi fundamentado com informações que permitem o pleno atendimento às práticas contábeis. Anualmente, são feitas revisões para avaliar mudanças nos saldos reconhecidos.

Em razão de existirem indicativos palpáveis da valorização dos bens do Ativo Imobilizado, que foram anteriormente submetidos à redução ao valor recuperável em 2020, foi contabilizado em 31 de dezembro de 2022 no patrimônio social o Ajuste de Avaliação Patrimonial reduzindo o saldo de ajuste patrimonial realizado exercícios anteriores.

Segundo o CPC 27, um ativo imobilizado pode ser baixado por ocasião da sua alienação ou quando há indícios de que não são esperados benefícios econômicos futuros com a sua utilização. Em avaliação minuciosa, ficou evidente a redução da sua vida útil de itens classificados no imobilizado da associação, aos quais alguns itens eram ainda da década de 90. Dada a modernização da infraestrutura da ABDE, foi constatada a obsolescência de vários itens reconhecidos no imobilizado. Pois para esses ativos não são mais esperados benefícios econômicos futuros e nem sua utilização pela instituição. Nesses casos, o material foi devidamente destinado a doações para a sociedade.

Em uma pequena parte dos bens, foi identificada sua possibilidade de conversão em caixa, aos quais foi reconhecida sua alienação, sem ganhos. Por consequência do exposto, foi necessária sua baixa integral. Abaixo o quadro da movimentação do Ativo Imobilizado:

Imobilizado	2021	Adições	Exclusões	Depreciação do período	AAP	2022
Imóveis em uso	2.035.103	-	-	(33.784)	-	2.001.319
Ajuste de Av. Patrimonial	(332.342)	-	-	-	177.600	(154.742)
Equipamentos de informática	257.090	67.520	(112.297)	(30.943)	-	181.371
Móveis e Equipamentos	195.121	211.579	(93.395)	(23.332)	-	289.973
Equipamentos de comunicação	39.147	89.637	(27.464)	(12.315)	-	89.005
Instalações e benfeitorias	36.135	531.388	(36.135)	(19.484)	-	511.904
Quadros	10.946	-	-	-	-	10.946
Subtotal	2.241.200	900.124	(269.291)	(119.858)	177.600	2.929.776
Depreciação acumulada	(608.435)	269.291*	-	-	-	(339.144)
Total	1.632.765	1.169.415	(269.291)	(119.858)	177.600	2.590.632

Abaixo disponibilizamos as taxas anuais utilizadas para o cálculo das depreciações:

	Imóveis em uso	Equipamentos de informática	Móveis e Equipamentos	Equipamentos de comunicação	Instalações e benfeitorias
Taxa Anual de Depreciação	1,82%	20%	10%	10%	4%

9. Intangível

Em janeiro de 2022 foram realizadas as baixas integrais do saldo residual no Ativo Intangível referentes aos softwares com mais de 20 anos de aquisição. Com a volatilidade com que as inovações transformam mercado tecnológico, a obsolescência desses softwares adquiridos se deu mais rápido do que o previsto contabilmente para a amortização ao longo do tempo. Somada à necessidade de ABDE de fornecer a estrutura necessária para execução das atividades operacionais, tornou-se imprescindível contratação de licenças de uso de softwares mais robustos.

Segundo o CPC 04 (R1), um ativo intangível pode ser baixado por ocasião da sua alienação ou quando há indícios de que não são esperados benefícios econômicos futuros com a sua utilização. Por consequência do exposto, e sob nova análise dos itens anteriormente reconhecidos no intangível, foi necessária sua baixa integral.

Intangível	2021	Adições	Exclusões	Amortização do período	2022
Softwares	93.319	-	(3)	(360)	92.957
Marcas e patentes	680	-	(680)	-	0
Subtotal	94.000	-	(683)	(360)	92.957
Amortização acumulada	-	-	-	(92.957)	(92.957)
Total	94.000	0	(683)	(93.317)	0,00

10. Fornecedores

Fornecedores	2022	2021
Fornecedores de Viagens	0	0
Fornecedores Jurídicos	6.741	11.550
Fornecedores de Serviços	24.890	30.524
Fornecedores de Sistemas	6.400	4.265
Fornecedores Planej. Estratégico	39.610	0
Fornecedores Diversos	3.700	3.464
Fornecedores Revista Rumos	2.100	10.940
	83.441	60.743

11. Obrigações Sociais e Trabalhistas

Obrigações Sociais e Trabalhistas	2022	2021
INSS a recolher	62.188	57.338
FGTS a recolher	31.640	20.996
PIS sobre folha a recolher	3.979	2.629
Provisão de Férias	228.451	187.236
Provisão de Encargos s/ Férias	85.535	67.930
Total	411.793	336.129

12. Obrigações Tributárias

Obrigações Tributárias	2022	2021
IRRF A Recolher – PJ	770	336
IRRF A Recolher – Folha	62.057	54.590
INSS A Recolher – PJ	390	390
COFINS - PIS - CSLL - a Recolher	2.387	1.152
ISS Retido a Recolher	0	0
Total	65.603	56.467

13. Antecipação de Receitas

Receitas recebidas antecipadamente (R\$10.063), ainda não apropriadas no resultado. Os valores são representados pelo recebimento em duplicidade da Nota Fiscal 857 paga pela Agência de Fomento do Piauí referente ao Curso Ética e Compliance, ao qual o associado foi comunicado do crédito disponível para utilização nas atividades de desenvolvimento profissional posteriores.

Além deste, há o valor de R\$8.600 recebido referente ao Acordo de parcerias de atividades com o WWF-Brasil que tem por objeto a realização conjunta do 2º Ciclo dos Seminários Regionais da ABDE. Em virtude do início pandemia do Covid-19, dois dos cinco seminários regionais deixaram de ser realizados em 2020. Para 2023, dentre o escopo de atividades desenvolvidas pela associação estão a realização desses dois seminários, a fim de concretizar o objeto do contrato com a WWF.

Antecipação de Receitas	2022	2021
Patrocínios Antecipados	8.600	8.600
Receita de Contribuições Antecipada	-	3.284
Receita Antecipada de Atividades de Desenvolvimento Profissional	1.463	-
Total	10.063	11.884

14. Ajuste de Avaliação Patrimonial

A conta “Ajuste de Avaliação Patrimonial” tem a função de registrar os valores decorrentes da variação do valor justo de ativos e passivos da entidade. Em 2010, foi contabilizado, nessa rubrica, o efeito dos ajustes relativos à adoção do custo atribuído do ativo imobilizado (imóveis de uso) com base em laudo de avaliação elaborado por consultoria especializada.

Conforme detalhado na Nota Explicativa nº 8, em 31 de dezembro de 2022, a associação registrou na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial o montante de R\$ 177.600,00, relacionado aos ajustes a valor justo de ativos imobilizados. O ajuste realizado no exercício findo de 2022 foi registrado em consonância com a prática contábil estabelecida no pronunciamento técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado.

15. Reserva de Investimentos

Foi aprovada na 114ª Assembleia Geral Ordinária a destinação do superávit líquido do Exercício de 2020 para Reserva de investimentos com objetivo de reposicionar Associação, fortalecer as

iniciativas prioritárias de promoção e aprimoramento do SNF, bem como ajustando processos internos e investindo em ações digitais que permitam à ABDE potencializar seu apoio ao Sistema e desempenhar os Projetos definidos no Planejamento Estratégico da Associação 2020-2023.

Composição das Reservas de Investimentos	2022
Superávit 2021	733.137
Saldo de Reservas 2021	977.647
Total	1.710.784

Destinação das Reservas de Investimentos	2022
Fórum do Desenvolvimento 2022	180.617
Plano ABDE 2030	198.433
Fórum do Desenvolvimento 2023	12.000
Projeto ODS nas IFDs	153.865
Plano de Cargos e Salários	14.910
Plano Integrado de Comunicação	49.400
Total	609.225

Saldo Final de Reservas de Investimento	1.101.559
--	------------------

16. Contribuições de Associados

Contribuições	2022	2021
Janeiro	536.401	471.138
Fevereiro	536.401	471.138
Março	536.401	471.138
Abril	568.885	471.138
Maio	568.885	471.138
Junho	568.885	471.138
Julho	568.885	471.138
Agosto	568.885	471.138
Setembro	568.885	471.138
Outubro	568.885	471.138
Novembro	568.885	471.138
Dezembro	568.885	471.138
Total	6.729.165	5.653.656

17. Desenvolvimento Profissional

Desenvolvimento Profissional	2022	2021
Cursos	284.870	213.114
Seminários e Encontros	12.267	0
Total	297.137	213.114

18. Projetos e Cooperação

A ABDE celebrou em 2021 acordos internacionais de Cooperação Não Reembolsável, em aliança com o Agência de cooperação internacional do governo da Alemanha (GIZ) e o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF). O objetivo do projeto é promover a integração e implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos processos das instituições do Sistema Nacional de Fomento (SNF). Especificamente, a parceria oferece à ABDE um *grant* (contribuição financeira não-reembolsável), que é utilizado para a contratação de consultores nacionais e/ou internacionais, com o intuito de desenvolver metodologias de integração dos ODS aos processos de financiamentos, monitoramento e avaliação do SNF, além de capacitar o corpo de associados da ABDE, por meio de workshops e projetos-piloto.

Em parceria com a GIZ e CAF, a ABDE selecionou parceiros para o desenvolvimento de uma metodologia unificada que induza discussões a respeito das contribuições aos ODS pelo Sistema Nacional de Fomento.

A implementação ocorreu em 2022, onde da metodologia ODS foi aplicada em 10 instituições financeiras de desenvolvimento (IFD) que se deu através de 3 ciclos de execução de projetos-pilotos. Em novembro de 2022 foi entregue o produto do desenvolvimento da metodologia utilizada projeto financiados pelos acordos de cooperação, o Guia de Aplicação da Metodologia de Integração dos ODS e Sustentabilidade no Sistema Nacional de Fomento.

A prestação de contas final de ambos os contratos gerou diferença de valores, com o GIZ houve um superávit residual gerado pela diferença de conversão na variação cambial. No acordo com a CAF, conforme relatado em prestação de contas final, a ABDE desembolsou valores para cumprir com as obrigações finais geradas pelo projeto. Em virtude de os Acordos de Cooperação celebrados serem Não-Reembolsáveis, o resultado com a prestação de contas final do projeto gerou um superávit de R\$ 3.703,22, onde R\$ 8.672,99 foi o saldo residual positivo do GIZ contra o desembolso de R\$ 4.969,77.

Temos também contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), onde em 2021 foi realizado o projeto de pesquisa e consultoria sobre a eficácia de ações adotadas pelo SNF para minimizar os impactos da crise econômica do COVID-19 sobre as MPMEs no Brasil, onde incluiu o diagnóstico sobre a perspectiva de gênero no segmento e os desafios desse segmento para resiliência e recuperação. Em 2022 celebramos contrato com o BID referente à coordenação do projeto Aliança pelo Financiamento da Amazônia. Recebemos dentro do exercício de 2022 a primeira parcela de 50% do montante total do contrato, no valor de R\$ 125.127,50.

Os valores realizados no período estão abaixo discriminados:

Receitas de Acordos de Cooperação e Projetos	2022	2021
BID	125.128	391.621
GIZ	222.659	26.315
CAF	261.112	937
Total	608.899	418.873

19. Outras Receitas

Outras Receitas	2022	2021
Recuperação e Indenizações	73.131	72.203
Reversão de Provisão	4.155	-
Alienação de Imobilizado	1.000	-
Total	78.286	72.203

Na rubrica Recuperação e Indenizações contabilizamos os valores recebidos oriundos do acordo com associado. As receitas reconhecidas nessa conta são referentes à contraprestação por parte da ABDE na prestação de serviços de Atividades de Desenvolvimento Profissional para o associado, conforme consta no acordo homologado. Na mesma conta foi contabilizado o recebimento à título de devolução de valores a receber ou inesperado em algum banco, consórcio ou outra instituição financeira e, anteriormente registrados no CNPJ da ABDE, devolvidos pelo Bacen.

20. Pessoal

Despesa com Pessoal	2022	2021
Remunerações	2.499.388	2.681.354
Encargos Sociais	948.803	1.152.692
Benefícios	440.855	731.553
Bolsas Estagiários	150.235	108.084
Total	4.039.281	4.673.683

21. Custos com Atividades Operacionais

Custos com Atividades Operacionais	2022	2021
Desenvolvimento Profissional	101.506	88.975
Revista Rumos	5.640	38.322
Total	107.146	127.297

22. Custos com Cooperações e Projetos

Ressaltamos que dentro da rubrica Honorários de Projetos existem as despesas com o Acordo PNUD (ONU) X ABDE, no valor de R\$ 200.000,00 e honorários de serviços técnicos da Ernst Young referentes aos Workshops sobre a Resolução 4.966/21 para as IFDs, no valor de R\$ 127.863,00.

Custos com Cooperações e Projetos	2022	2021
Honorários de Projetos	364.610	87.696
Honorários de Cooperação	475.099	28.508
Outras Despesas com Cooperação	4.970	0
Total	844.678	116.204

23. Viagens e Estadas

Viagens e Estada	2022	2021
Condução Urbana - Viagens	9.232	1.122
Diárias	29.066	1.500
Hospedagem	43.344	3.099
Passagens Aéreas	206.651	15.938
Total	288.293	21.659

Com o retorno das atividades presenciais dos relacionamentos e articulação da Associação após a pandemia do Covid-19, o expressivo da rubrica de Passagens Aéreas não tem uma base comparável por serem cenários distintos. Haja vista que no ano de 2021 o ritmo ainda era predominantemente remoto, sendo que em 2022 houve uma retomada das atividades presenciais quase em sua totalidade.

24. Serviços de Terceiros

Serviços de Terceiros	2022	2021
Assessoria de Imprensa	204.000	185.600
Assessoria Jurídica	80.075	119.129
Auditoria Externa	18.000	16.000
Suporte de Informática	83.456	75.311
Suporte Site e Banco de Dados	92.320	34.523
Outros Honorários	73.383	42.099
Mão de obra - Terceirizada	14.635	65.847
Mídias Digitais	13.538	83.804
Total	579.408	622.314

Na rubrica Outros Honorários detalhamos que são contabilizadas as despesas oriundas de prestadores de serviços de entregas rápidas, medicina e segurança do trabalho, taxas de programas de estágio, fornecimento de coffee-break, diárias de serviço de limpeza e demais serviços gerais contratados.

25. Locações

Locações	2022	2021
Aluguéis De Imóveis	47.469	52.109
Aluguéis De Máquinas E Equipam.	2.385	386
Condomínios	95.388	127.688
Total	145.242	180.182

26. Administrativas

Administrativas	2022	2021
Internet	22.222	11.486
Telefone	8.874	10.826
Postais	3.670	1.978
Material de expediente escritório	3.104	2.252
Material de higiene e limpeza	1.983	540
Material de informática	39.762	18.388
Material de copa e café	4.806	1.231
Manutenção e conservação	20.834	20.617
Serviços gráficos e copiadoras	7.006	827
Energia elétrica	6.261	6.056
Seguros	954	9.309
Transporte e condução	17.150	11.790
Representação	2.210	2.482
Emolumentos e taxas de cartório	1.729	1.509
Assinaturas - digitais, jornais e	5.074	5.509
Total	145.640	104.800

27. Outras Despesas

Outras Despesas	2022	2021
Aperfeiçoamento Profissional	2.818	294
Brindes	14.318	3.674
Contribuição ABERJE	1.300	1.132
Patrocínios e Eventos	25.000	0
Total	43.436	5.100

28. Partes Relacionadas

Os integrantes dos Órgãos Sociais da ABDE não são remunerados, pelo exercício de suas funções, de acordo com o Estatuto Social. Ademais, as contribuições dos associados estão divulgadas na nota explicativa nº 17.

29. Seguros – não auditado

A Associação mantém cobertura de seguros com montante considerado suficiente para cobrir eventuais riscos existentes, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

Moore VR Auditores & Consultores SS
SBS Qd. 02, Bloco Q, Salas 905 e 907
Ed. João Carlos Saad
Brasília/DF – CEP: 70.070-120
Fone: (61) 3223-6098
www.moorebrasil.com.br

Brasília - DF, 07 de março de 2023

Aos administradores e conselheiros da
Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento – ABDE
Brasília – DF

Prezados (as) senhores (as),

Pelo presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.S.^a, nosso relatório de controles internos sobre os trabalhos de auditoria independente da **Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento – ABDE**, com data-base findo em 31 de dezembro de 2022

As recomendações e as observações aqui apresentadas têm por finalidade contribuir para aperfeiçoar os procedimentos contábeis da **ABDE**, bem como visam à salvaguarda e à proteção dos ativos, mas não constitui um resultado de uma avaliação sobre os controles internos da Entidade.

Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos julgados necessários e subscrevemo-nos.

MOORE VR AUDITORES E CONSULTORES S/S
CRC 1 GO 02158/O-4

RICARDO DE
ALBUQUERQUE
CAVALCANTI:907
85444149

Digitally signed by RICARDO DE
ALBUQUERQUE CAVALCANTI:90785444149
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=24732124000120, ou=PRESENCIAL,
ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil -
RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=EM BRANCO,
ou=AC Instituto Fenacon RFB, cn=RICARDO
DE ALBUQUERQUE
CAVALCANTI:90785444149
Date: 2023.03.07 16:26:45 -03'00'

RICARDO DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI
CONTADOR CRC DF 18838/O-0

Índice:

1.	<i>Conceitos Básicos e Importância Sobre os Controles Internos.....</i>	4
2.	<i>Não ocorrência de ponto de controle.....</i>	6

1. Conceitos Básicos e Importância Sobre os Controles Internos

Antes de detalharmos os achados de auditoria e potencializar seus possíveis impactos dentro da atividade finalística da Entidade, gostaríamos de iniciar esta parte do relatório apresentando alguns conceitos básicos sobre controles internos e sua importância dentro de qualquer estrutura organizacional, haja vista que, no nosso entender a **Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento - ABDE**, necessita aprimorar os controles financeiros e operacionais, que se tornem capazes de garantir a satisfação de suas metas e salvaguardar seu patrimônio.

Controle interno pode ser definido como “o plano da organização e todos os métodos e medidas coordenados, aplicados a uma entidade, a fim de proteger seus bens, conferir a exatidão e a fidelidade de seus dados contábeis, promover a eficiência e estimular a obediência às diretrizes administrativas estabelecidas”.

Os meios de controle incluem também as formas de organização, instruções, padrões, comitês, planos de contas, orçamentos, relatórios, registros, projetos, inventários, treinamentos, entre outros.

Para tanto, é necessário também analisar se as normas e procedimentos estabelecidos estão sendo cumpridos por pessoal qualificado com treinamento para desenvolver suas atividades e devidamente supervisionado pelos supervisores de cada setor, além de averiguar mediante as situações que surgirem nos departamentos qual o melhor caminho a ser seguido, indicando aos responsáveis por cada departamento qual é a melhor maneira para efetuar determinada operação, para reduzir custos e atingir o maior grau de eficiência e eficácia dos sistemas operacionais.

Mas para a Entidade atingir suas metas e políticas estabelecidas com grau de eficiência e eficácia desejada é muito importante que tenha um quadro de funcionários com pessoas treinadas, qualificadas e motivadas, para que a eficiência dos sistemas não seja comprometida.

Relação Custo/Benefício

O benefício de um controle interno consiste na redução do risco de falhas quanto ao cumprimento dos objetivos e metas de uma atividade. O conceito de custo/benefício reconhece que o custo de um controle não deve exceder os benefícios que ele possa proporcionar. Embora a determinação da relação custo/benefício, em alguns casos, não seja de fácil avaliação, o administrador deve, na medida do possível, efetuar estimativas e/ou exercer um julgamento próprio a respeito.

Definição de Responsabilidades e Autoridade

O dever de todo pessoal dentro de uma organização deve ser fixado e limitado de forma precisa, bem/ como a autoridade decorrente, atribuída a cada uma das funções. Assim sendo, deve haver:

- Procedimentos claramente determinados que levem em conta as funções de todos os setores da organização, propiciando a integração das informações dentro do sistema;
- Um organograma adequado em que a linha de autoridade e a consequente responsabilidade sejam definidas entre os diversos departamentos, chefes, encarregados de setores, etc.

□ A delimitação de funções ou atividades, embora possa ser informal, deve, preferivelmente, ser definida em manuais de procedimentos, visto que estes propiciam a eficiência do sistema e evitam erros.

Segregação de Funções

Um sistema de controle interno adequado é aquele que elimina a possibilidade de dissimulação de erros ou irregularidades. Assim sendo, os procedimentos destinados a detectar tais erros ou irregularidades devem ser executados por pessoas que não estejam em posição de praticá-los, isto é, deve haver uma adequada segregação de funções. De uma maneira geral, o sistema de controle interno deve prever segregação entre as funções de aprovação de operações e sua execução e controle, de modo que nenhuma pessoa possa ter completa autoridade sobre uma parcela significativa de qualquer transação.

Acesso aos Ativos

Para se atingir um grau de segurança adequado, o acesso aos ativos de uma Entidade deve ser limitado ao pessoal autorizado. O termo “acesso aos ativos”, aqui utilizado, inclui acesso físico direto e acesso indireto por meio de preparação ou processamento de documentos que autorizem o uso ou disposição desses ativos.

Dessa forma, o acesso aos ativos é indispensável durante o curso normal das operações de uma entidade. A limitação desse acesso pessoal autorizado constitui, no entanto, um meio de controle eficaz para a sua segurança. O número e o nível das pessoas a quem o acesso deve ser autorizado dependem da natureza do ativo e de sua suscetibilidade a perdas por meio de erros e irregularidades. A limitação ao acesso indireto requer procedimentos de controle onde o conceito de separação de funções, já tratado anteriormente, seja aplicado.

Outros Tipos de Controle Interno

Quando tratamos de controle interno, analisamos sempre o processo de gestão não apenas quanto à prevenção de fraudes. Outra função que é considerada a mais importante é a sua contribuição do controle de gestão na tomada de decisões. Dessa forma, o controle interno tem como objetivo a potencialização do êxito no processo decisório, o que possibilita maior geração de benefícios socioeconômicos, e também interfere em retornos sociais e ambientais. Assim sendo, o controle interno busca ultrapassar as barreiras do retorno financeiro.

2. Não ocorrência de ponto de controle

Não identificamos ponto de controle para a data base 31 de dezembro de 2022.